

RELATÓRIO DE GESTÃO FERC



2024



APRESENTAÇÃO

Criado pela Lei Complementar nº 130, de 29 de dezembro de 2009, o Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão – FERC passou a realizar suas atividades em 30 de março de 2010, tendo por finalidade a captação de recursos financeiros destinados a assegurar a gratuidade dos atos de registro civil praticados pelas serventias extrajudiciais do Maranhão.

Destacamos que a compensação financeira realizada pelo FERC às serventias extrajudiciais, igualmente garante o alcance social de projetos do Poder Judiciário, entre os quais se destacam os *Casamentos Comunitários*, deste Tribunal de Justiça, e *Pai Presente*, do Conselho Nacional da Justiça conferindo qualidade, eficiência às atividades das serventias de Registro Civil do Estado.

1. ATIVIDADES

1.1 Arrecadação

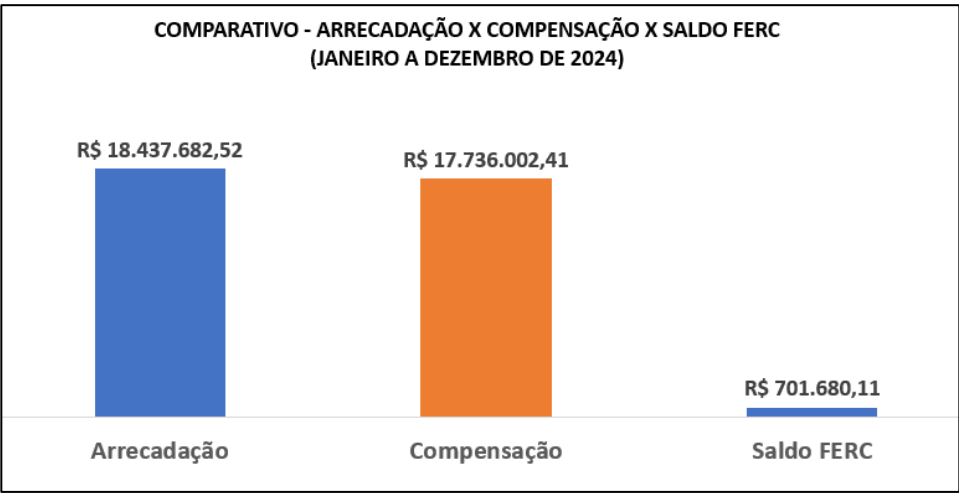
No ano de 2024, o FERC arrecadou **R\$ 17.956.459,84** (dezessete milhões e novecentos e cinquenta e seis mil e quatrocentos e cinquenta e nove reais e oitenta e quatro centavos) referente aos repasses de 3% sobre os emolumentos.

Somando-se o valor de R\$ 383.989,44 (trezentos e oitenta e três mil e novecentos e oitenta e nove reais e quarenta e quatro centavos) referente ao rendimento da aplicação financeira, o FERC obteve uma arrecadação bruta de **R\$ 18.340.449,28** (dezoito milhões e trezentos e quarenta mil e quatrocentos e quarenta e nove reais e vinte e oito centavos), conforme dados extraídos do Banco do Brasil:

RECEITAS	Arrecadação	Aplicação Financeira	Arrecadação BRUTA
JANEIRO	R\$ 1.483.954,49	R\$ 61.012,15	R\$ 1.544.966,64
FEVEREIRO	R\$ 1.205.012,69	R\$ 50.909,98	R\$ 1.255.922,67
MARÇO	R\$ 1.329.546,39	R\$ 55.582,86	R\$ 1.385.129,25
ABRIL	R\$ 1.226.108,06	R\$ 60.850,21	R\$ 1.286.958,27
MAIO	R\$ 1.588.550,56	R\$ 28.295,25	R\$ 1.616.845,81
JUNHO	R\$ 1.330.609,85	R\$ 17.624,58	R\$ 1.348.234,43
JULHO	R\$ 1.738.878,07	R\$ 17.997,01	R\$ 1.756.875,08
AGOSTO	R\$ 1.525.878,71	R\$ 17.918,51	R\$ 1.543.797,22
SETEMBRO	R\$ 1.508.571,25	R\$ 17.684,88	R\$ 1.526.256,13
OUTUBRO	R\$ 1.931.617,56	R\$ 20.441,48	R\$ 1.952.059,04
NOVEMBRO	R\$ 1.407.964,94	R\$ 19.718,23	R\$ 1.427.683,17
DEZEMBRO	R\$ 1.679.767,27	R\$ 15.954,30	R\$ 1.695.721,57
ACUMULADO	R\$ 17.956.459,84	R\$ 383.989,44	R\$ 18.340.449,28

1.2 Compensação

A título de Compensação Financeira do FERC dos atos gratuitos praticados pelos registradores de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão, foi compensado o valor de **R\$ 17.736.002,41** (dezessete milhões e setecentos e trinta e seis mil e dois reais e quarenta e um centavos), o que representa um total de **607.103** atos gratuitos autorizados e devidamente compensados para as 206 Serventias de Registro Civil do estado do Maranhão, no período de janeiro a dezembro de 2024, conforme dados extraídos do Portal do Selo Eletrônico - SAUIN



Dentre estes atos, podemos destacar os registros de nascimento, assentos de óbitos, processo de habilitação de casamento, emancipação, tutela, interdição ou ausência, retificação, restauração ou cancelamento de registro, procedimentos de adoção e reconhecimento de filho, bem como atos requisitados por autoridade judicial, Ministério Público e Defensoria Pública, Conselhos Tutelares e para os reconhecidamente pobres como determina a Lei nº 9.109/2009 art.13, inciso III.

Especificamente, o FERC encaminhou, à Diretoria Financeira do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, 12 ordens bancárias, compreendendo os meses de janeiro a dezembro de 2024, vinculadas ao processo administrativo nº **788/2024**, a fim de ressarcir as serventias pelos atos gratuitos praticados, conforme tabela abaixo, sendo que a ordem bancária relativa a dezembro de 2024 foi encaminhada após abertura do exercício financeiro de 2025.

1.3 Renda Mínima das Serventias

A Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio da **RESOLUÇÃO-GP 012024**, atualizou a renda mínima mensal em **R\$ 10.000,00** (dez mil reais) destinada às serventias extrajudiciais que prestam serviços de registro civil das pessoas naturais.

A renda mínima será paga ao delegatário titular ou interino em exercício na serventia de Registro Civil de Pessoas Naturais, como complemento da receita da serventia, a fim de que atinja o valor da renda mínima mensal.

A **RESOL-GP – 452020** estabelece o rol de exigências para que o delegatário tenha direito a receber a complementação da renda mínima, dentre os quais, estar adimplente com o recolhimento dos emolumentos e demais obrigações junto ao Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento do Judiciário (FERJ); estar sem pendência com a prestação de contas de selo e não ter sofrido condenação com aplicação de penalidade transitada em julgado até que seja cancelado o respectivo registro, por meio de processo administrativo disciplinar.

Mês e ano	Qtde. Serventia	Emolumentos da Serventia (A)	FERJ (B)	Compensação FERC (C)	Receita Total - (A-B) + C	Renda Mínima Complementar
DEZ/24	5	R\$ 34.705,85	R\$ 4.212,74	R\$ 2.001,16	R\$ 32.494,27	R\$ 10.630,83
NOV/24	4	R\$ 45.041,35	R\$ 23.145,72	R\$ 1.878,97	R\$ 23.774,60	R\$ 10.424,56
OUT/24	5	R\$ 34.790,08	R\$ 4.278,49	R\$ 1.847,32	R\$ 32.358,91	R\$ 11.335,51
SET/24	4	R\$ 22.500,34	R\$ 2.757,37	R\$ 2.026,28	R\$ 21.769,25	R\$ 11.998,57
AGO/24	9	R\$ 47.325,06	R\$ 5.742,51	R\$ 3.662,75	R\$ 45.245,30	R\$ 25.973,44
JUL/24	9	R\$ 65.050,37	R\$ 9.150,66	R\$ 2.974,52	R\$ 58.874,23	R\$ 24.159,18
JUN/24	7	R\$ 54.133,03	R\$ 6.995,17	R\$ 3.623,68	R\$ 50.761,54	R\$ 13.868,50
MAI/24	8	R\$ 44.435,29	R\$ 5.356,53	R\$ 3.432,33	R\$ 42.511,09	R\$ 26.294,01
ABR/24	7	R\$ 44.036,74	R\$ 5.310,97	R\$ 3.036,95	R\$ 41.762,72	R\$ 26.169,74
MAR/24	13	R\$ 84.467,23	R\$ 10.174,15	R\$ 5.659,09	R\$ 79.952,17	R\$ 40.395,03
FEV/24	11	R\$ 74.230,02	R\$ 8.890,69	R\$ 6.178,52	R\$ 71.517,85	R\$ 31.595,63
JAN/24	10	R\$ 71.521,93	R\$ 8.634,09	R\$ 4.161,13	R\$ 67.048,97	R\$ 24.775,41
VALOR TOTAL	92	R\$ 622.237,29	R\$ 94.649,09	R\$ 40.482,70	R\$ 568.070,90	R\$ 257.620,41

DO PLANEJAMENTO

PLANO PLURIANUAL – PPA

O Plano Plurianual ou PPA é um instrumento legal de planejamento das ações governamentais, previsto no art. 165 da Constituição Federal que se destina a organizar e viabilizar a ação pública por um período de quatro anos.

O PPA do Estado do Maranhão para o quadriênio de 2024/2027 foi aprovado por meio da Lei n.º 12.167/2023, e autorizou a execução dos programas e ações do FERC conforme tabela a seguir:

PROGRAMAS E AÇÕES POR ÓRGÃOS		
Programa Principal: 0543 - Prestação Jurisdicional		
Objetivo: Proporcionar à sociedade Maranhense o acesso à Justiça e a resolução dos conflitos, garantindo a agilidade e um atendimento de qualidade.		
Público Alvo: Sociedade		
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04903 – FERC		
Programa	Ação	Finalidade
0543 - Prestação Jurisdicional	4430 - Gratuidade do registro Civil	Assegurar a gratuidade dos atos do registro civil das pessoas naturais do estado do Maranhão

Para as ações programadas são previstas metas físicas as quais possibilitam uma melhor avaliação da atuação do FERC, pois fornecem informações quantitativas acerca das atividades desenvolvidas, possibilitando a mensuração da eficiência dos recursos aplicados comparados às metas financeiras. As metas físicas e financeiras para o ano de 2024 foram executadas conforme quadro abaixo:

PROGRAMA - 0543 - Prestação Jurisdicional

Ação	Produto	Unidade de Medida	Metas		Execução	
			Física	Financeira	Física	Financeira
4430	Certidão	Unidade	529.435	18.765.734,00	607.103	18.068.343,54

concedida		
Subtotal do Programa	18.765.734,00	18.068.343,54

Verifica-se que a ação 4430 foi executada em quantidade compatível com a programada, evidenciando uma execução de 96,28% no registro dos atos gratuitos em relação ao que fora planejado para o exercício dentro da normalidade, indicando que os Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais solicitaram e comprovam a compensação de atos gratuitos cuja gratuidade esteja prevista em lei.

Outro importante instrumento de planejamento anual, servindo de conexão entre o plano estratégico das ações governamentais (PPA) e o plano operacional a ser executado (orçamento anual) é a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. Esta tem por finalidade orientar a elaboração do Orçamento, compreendendo as metas e prioridades da Administração Pública, incluindo as despesas de capital, além de estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento e dispor sobre as alterações na legislação tributária.

DO ORÇAMENTO

Atendendo as disposições previstas na LDO, a proposta orçamentária do FERC para o exercício de 2024 fixou a despesa no valor de R\$ 17.030.000,00 (dezessete milhões e trinta mil reais), a qual apresentou alterações perfazendo o valor total de R\$ 18.765.734,00 (dezoito milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, setecentos e trinta e quatro reais).

A seguir, uma avaliação orçamentária por programas e ações desenvolvidas.

POR PROGRAMA

O programa é o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores instituídos no plano, visando à solução de um problema ou o atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade. O programa é o módulo comum integrador entre o plano e o orçamento.

No quando abaixo vemos a execução dos programas previstos na LOA para o exercício de 2024:

PROGRAMA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Executado (Emp.)	Perc. De Exec.
4430 - Gratuidade do registro Civil	17.030.000,00	18.765.734,00	18.068.343,54	96,28%

Ao avaliar o cumprimento das metas financeiras por programas apresentados acima, constatamos que o FERC executou 96,28% do previsto. Indicando que o FERC executou uma boa parcela do seu orçamento, evidenciando eficácia na execução do orçamentaria do fundo, sugerindo um atendimento da demanda da sociedade maranhense dos atos gratuitos do registro civil que são atendidas através dos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais, os quais solicitam e comprovam os atos gratuitos praticados com previsão de gratuidade em lei, a fim de que sejam ressarcidos.

Informação complementar sobre a execução é de que ela seguiu as definições da RESOL-GP nº 802018, que atualizou o limite unitário máximo para compensação de atos gratuitos da Lei Complementar Estadual nº.130/2009. Os saldos de execução são remanejados para investimentos em tecnologia e capacitações de magistrados e servidores do Poder Judiciário.

POR AÇÃO

Os programas são compostos de ações, que, conforme suas características podem ser classificadas como atividades, projetos ou operações especiais. A atividade envolve um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de Governo. O projeto envolve um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de Governo. Já a “Operação Especial” abrange as despesas que não contribuem para a manutenção, a expansão ou o aperfeiçoamento das ações de Governo.

No âmbito do FERC as suas ações têm características de atividades.

A execução das metas físicas e financeiras já foram avaliadas quando do comentário sobre o PPA.

Apresentamos a seguir a execução das metas financeiras:

PROGRAMA	PROJ/ATIV	DENOMINAÇÃO	AUTORIZADO	EXECUTADO	Perc. De Execução
0543 - Prestação Jurisdicional	4430	Gratuidade do registro Civil	18.765.734,00	18.068.343,54	96,28%
Total			18.765.734,00	18.068.343,54	96,28%

A análise dos dados acima se assemelha ao já comentado quando da visualização do programa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da realidade da sociedade maranhense, na qual muitas pessoas deixam de registrar os atos civis (emitir certidões), principalmente em relação ao nascimento e ao óbito, aliando esse fato à falta de interesse dos registradores em praticar estes atos em razão da gratuidade dos mesmos, significando acréscimo de despesas com papel e mão de obra, a criação do Fundo Especial das Serventias do Registro Civil das Pessoas Naturais – FERC foi idealizada no intuito de ressarcir o registrador dos gastos com a prática dos atos gratuitos e de incentivá-los à emissão de tais atos, refletindo, assim, na eliminação do déficit do índice de sub-registro existente no Estado do Maranhão.

Assim, o desenvolvimento das atividades do FERC constitui-se em verdadeira política pública e esta gestão vem desempenhando atividades priorizando a responsabilidade social do Judiciário, buscando arrecadar e reembolsar todos os atos gratuitos solicitados, atendidas as exigências da Lei e o equilíbrio das contas públicas.

São Luís (MA), 31 de dezembro de 2024

Des. José de Ribamar Froz Sobrinho

Presidente do Tribunal de Justiça